



## **CONTROLE INTERNO DE VERSÕES DE DOCUMENTOS**

Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia elétrica visando à elaboração de auditorias e laudos técnicos, mediante a conferência das faturas de energia elétrica.

<b>Data</b>	<b>Versão</b>	<b>Descrição</b>	<b>Autor</b>
18/03/2025	1.0	Primeira versão do documento	Rudinei Ubirajara dos Santos
14/05/2025	2.0	Segunda versão do documento	Rudinei Ubirajara dos Santos
28/07/2025	3.0	Terceira versão do documento	Rudinei Ubirajara dos Santos



## **TERMO DE REFERÊNCIA (TR)**

**1. OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia elétrica visando à elaboração de auditorias, laudos técnicos para conferência das faturas de energia elétrica do Município, e posterior procedimento de cobrança, administrativo e/ou judicial.

## **2. DESCRIÇÃO DETALHADA:**

A solução proposta é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos especializados em engenharia elétrica visando à elaboração de auditorias e laudos técnicos, mediante a conferência das faturas de energia elétrica, revendo inclusive as taxas de administração e o percentual de ISS aplicado pelas distribuidoras de energia, possibilitando a cobrança/devolução de valores recolhidos a menor pelas mesmas e/ou a maior pago pelo Município pelo referido serviço de fornecimento de energia, conforme as seguintes especificações/ condições:

2.1 Acompanhamento das faturas de energia elétrica referente aos consumos de energia da iluminação pública e dos prédios públicos visando a sua economicidade e a constatação de cobranças indevidas.

2.2 Tendo em vista o conteúdo da Resolução 1.000/2021 da Aneel, dentre outras, que dispõe sobre as regras de fornecimento de energia elétrica e suas atualizações, o objeto desta contratação tem como finalidade apurar possíveis irregularidades nas cobranças das tarifas aplicadas e contribuir com a capacidade de gestão da Prefeitura, no que se refere ao monitoramento das unidades consumidoras.

2.3 A contratação destes serviços técnicos de Engenharia Elétrica deverá verificar os modelos tarifários aplicados identificar se há necessidade de efetivação de um ajuste geral no sistema de energia elétrica do município; conferir as faturas de energia elétrica pagas pela Prefeitura; e propor a recuperação, administrativa e/ou judicial, onde for constatada a cobrança de valores indevidos nas contas de energia e nos tributos incidentes sobre as faturas.

2.4 A contratação destes serviços técnicos também deverá avaliar e apurar as instalações dos prédios públicos e também da Iluminação Pública; conferir e avaliar as potências instaladas; conferir e avaliar as potências faturadas nas contas de iluminação pública e sua forma de instalação; e revisar todos os contratos referentes as unidades consumidoras cujas contas são pagas com recursos da CIP, de forma a determinar a demanda de energia elétrica, para que o sistema possa ser otimizado em função dos padrões de uso.



2.5 Serão analisadas as operações de qualquer natureza, contratadas com entes públicos e ou privados, por razões diversas, principalmente os relacionados à arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública (CIP), faturamento, tributação e taxas cobradas pelas concessionárias distribuidoras de energia elétrica no Estado.

2.6 Levantamento de dados, diagnóstico, acompanhamento e elaboração de parecer, cálculos e atualizações de valores, conforme legislação específica e resoluções Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), para cobrança de créditos referente a diferenças tarifárias, racionamentos e outros créditos em favor do município além de diferenças cobradas indevidas sobre as contas, cobranças de multas sobre os ativos de iluminação pública, diferenças de faturamento sobre luminárias apagadas e sobre o faturamento da energia de iluminação pública medida e estimada.

2.7 Estudo, diagnóstico e elaboração de pareceres e cálculos e atualizações, conforme legislação específica e resoluções Aneel, para a cobrança das diferenças dos valores efetivamente arrecadados e não repassados da CIP, e de valores pagos a distribuidora referente à taxa de administração e ao ISS sobre a taxa de administração e demais diferenças e valores não repassados ao município.

2.8 Levantamento de dados, diagnóstico, acompanhamento, elaboração de pareceres cálculos e atualizações de valores, conforme legislação específica e resoluções Aneel, para cobrança de créditos, e de diferenças e recuperação de tributos não recolhidos pela distribuidora de energia e de seus contratados, assim como sobre os terceirizados que realizam a manutenção da rede de distribuição de energia e da rede de iluminação pública para as distribuidoras de energia, além dos tributos sobre o uso compartilhado dos postes da rede de distribuição de energia por terceiros, assim como ISS sobre serviços de construção e manutenção de redes de transmissão e distribuição e subestações de energia elétrica.

2.9 Levantamento de dados, diagnóstico, acompanhamento, elaboração de pareceres, cálculos e atualizações de valores, conforme legislação específica e resoluções Aneel e elaboração de laudo de iluminação pública para cobrança de créditos de diferenças ICMS, PIS/COFINS, sobre os valores pagos a distribuidora na conta de energia elétrica.

2.10 Defesa de cobrança efetuada mediante Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), com fulcro de anular ou reduzir os valores de tal cobrança. O pagamento dos honorários recairá sobre o valor efetivamente reduzido e/ou anulado em relação à cobrança original feita pela Distribuidora de Energia Elétrica.

2.11 Aferição do cálculo das estimativas de consumo de energia apresentado pela concessionária, quer na memória de cálculo do Termo de Ocorrência e Inspeção (TOI), quer no Quadro de Iluminação Pública (QIP) dos últimos 10 anos.

2.12 Apresentação de estudo contendo a metodologia dos cálculos, sua justificativa legal e a memória de cálculo.

2.13 Elaboração de petições e acompanhamento das mesmas nos processos junto à distribuidora de energia e às agências reguladoras estadual e federal.



2.14 Elaboração de estudo e diagnóstico relacionados aos tributos decorrentes do compartilhamento de infraestrutura de linha de distribuição aérea de energia, conforme regras da Aneel. Assim como análise dos respectivos contratos de compartilhamentos.

2.15 Em todas as Unidades Consumidoras serão verificadas o devido enquadramento tarifário, as cobranças realizadas, inclusive nas contas da Iluminação Pública, serão mapeadas e apuradas a existência de possíveis irregularidades nas cobranças e na aplicação das tarifas, com a finalidade de melhorar a eficiência dos gastos públicos e buscar a redução dos valores pagos, conforme a Resolução 1.000/2021 da ANEEL e suas atualizações.

### **3 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

Os serviços têm natureza especial, tendo em vista que, por sua alta heterogeneidade/complexidade, não podem ser descritos como comuns, nos termos do art. 6º, inciso XIV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor taxa percentual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Para prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62 e 66, da Lei nº 14.133/2021.

### **4 DO CONTRATO**

4.1 O contrato firmado com a empresa licitante vencedora do certame terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos a critério das partes;

4.2 É fixado o prazo de 03 (três) dias para a assinatura do instrumento de contrato, a contar da data da convocação da licitante por parte da contratante, sob pena de decair o direito à contratação;

4.3 A fiscalização do respectivo contrato será realizada pelos servidores designados pela Secretaria de Municipal da Administração e Finanças (SEMAF) nomeados através de Portaria, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste documento;

4.4 Relação nominal dos profissionais de nível superior que comporão a equipe técnica, a qualificação de cada um deles, bem como a indicação expressa da atribuição de cada um;



4.5 Caso a licitante vencedora seja registrada no CREA – (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) cuja circunscrição não seja a do Rio Grande do Sul, deverá apresentar o visto do CREA/RS (resolução nº 1121/2019, artigo 14º, CONFEA);

## 5 DOCUMENTAÇÃO DA HABILITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL

5.1 A licitante deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, a relação da Equipe Técnica à disposição da empresa, que executará o serviço, contendo no mínimo os seguintes profissionais (**declaração de disponibilidade da equipe técnica**):

- a) 01 (um) advogado, com registro ativo na OAB.
- b) 01 (um) engenheiro eletricitista. Prova de inscrição e registro do profissional junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ressalvado o disposto no item 4.5 retro.

## 6 DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA OPERACIONAL

**6.1 HABILITAÇÃO:** Para sua habilitação, a licitante deve apresentar os seguintes documentos:

- a) **Prova de regularidade e registro da empresa na entidade profissional competente,** (CREA) devendo possuir responsável técnico, devidamente habilitado, conforme as áreas de atuação previstas no objeto, em plena validade;
- b) Comprovação de vínculo entre o responsável técnico e a empresa. O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio ou empregado contratado, através do respectivo documento.
- c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.2 Comprovação de que já obteve êxito (valor recuperado) em demandas iguais ou semelhantes em outros municípios, através de declarações ou extratos administrativos e/ou judiciais comprobatórios.

## 7 ESTIMATIVA DO VALOR A SER RECUPERADO PELA CONTRATAÇÃO

Vislumbra-se que tal valor deverá ser compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto no Decreto Municipal n.º 333/2022, que “Dispõe





## PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

sobre a regulamentação dos procedimentos para contratações públicas na forma da Lei Federal n.º 14.133, de 1.º de abril de 2021 e dá outras providências”.

O quadro abaixo foi elaborado com base no relatório emitido pela Ouvidoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nos anos de 2015 a 2024, no qual apresenta um panorama das reclamações protocoladas junto à concessionária de energia elétrica e dos percentuais de reclamações procedentes.

ANO	MÉDIA RECLAMAÇÕES PROCEDENTES
2015	18,57%
2016	20,66%
2017	18,52%
2018	18,09%
2019	21,38%
2020	22,82%
2021	25,29%
2022	24,53%
2023	20,43%
2024	23,12%

Desta forma, pode-se inferir que o que foi pago com energia elétrica (prédios públicos e da iluminação pública) pode ser considerado cobrança indevida. Assim, conforme levantamento feito pelo Departamento Financeiro do Município os valores que foram pagos com energia nos anos de 2015 a 2024, está demonstrado no quadro abaixo:

ANO	VALOR DA DESPESA COM ENERGIA (R\$)	RECLAMAÇÕES PROCEDENTE (%)	VALOR ANUAL ESTIMADO DE COBRANÇAS INDEVIDAS
2015	R\$ 2.212.507,85	18,57%	R\$ 410.862,71
2016	R\$ 2.261.369,05	20,66%	R\$ 467.198,85
2017	R\$ 2.269.597,12	18,52%	R\$ 420.329,39
2018	R\$ 2.791.073,25	18,09%	R\$ 504.905,15
2019	R\$ 2.721.164,42	21,38%	R\$ 581.784,95
2020	R\$ 2.279.037,22	22,82%	R\$ 520.076,29
2021	R\$ 3.083.532,64	25,29%	R\$ 779.825,40
2022	R\$ 3.575.489,48	24,53%	R\$ 877.067,57
2023	R\$ 3.184.701,89	20,43%	R\$ 650.634,60
2024	R\$ 3.339.796,87	23,12%	R\$ 787.190,12
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 27.718.269,79</b>		<b>R\$ 5.999.875,03</b>

Assim, o valor total da repetição do indébito seria de R\$ 5.999.875,03 sem considerar a correção monetária e os acréscimos legais.



### 8 FORMA DE PAGAMENTO

8.1 A presente contratação será remunerada mediante sucesso na adoção de atos judiciais ou de atos extrajudiciais, que atinjam o objeto em questão.

8.2 Os honorários sobre êxito serão pagos a partir do recebimento dos valores incrementados pelo Município, em percentual máximo de 20%, conforme tabela das categorias referidas acima.

8.3 Não haverá reajuste de preços, tendo em vista que a remuneração da Contratada dar-se-á mediante percentual de êxito na recuperação dos créditos de que trata o objeto contratual.

8.4 O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias após protocolização de Nota Fiscal, que deverá ser expedida a partir do recebimento dos valores pelo Município.

8.5 Para quitação de cada parcela, a CONTRATADA deverá apresentar o documento de cobrança em nome da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, no qual, deve estar discriminado os serviços prestados.

8.6 O pagamento somente será realizado após as vistorias e liberação realizada pelos fiscais do contrato.

8.7 Não será efetuado qualquer pagamento à CONTRATADA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

8.8 A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a contratada apresente junto com a nota fiscal a Certidão Negativa da RF e da PGFN e as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” e “d” do § único do Art. 11 da Lei 8.212/91, prova de regularidade junto ao FGTS.

8.9 O CNPJ da contratada constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório e no corpo da nota deverá obrigatoriamente constar o número deste processo, o **número da Licitação, o número da nota de empenho prévio, emitida por esta Prefeitura e os dados bancários da empresa, bem como conter ainda as assinaturas dos fiscais na Nota Fiscal.**

8.10 A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal/Fatura, destacados os valores relativos ao IR, INSS (nos termos da Lei Previdenciária) e o ISS, caso ocorra fato gerador destes e outros impostos, sob pena de retenção dos valores no ato do pagamento, conforme disposto no Decreto Municipal nº 271/2022 e IN RFB nº 1.234/2012, com alterações posteriores.



8.11 A contratada deverá ser emitir 01 (uma) nota fiscal por empenho (caso sejam emitidos mais de um empenho para o serviço contratado).

## **9 OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **9.1 RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:**

9.1.1 Manter em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.2 Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus à Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha.

9.1.3 Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pelo CONTRATANTE.

9.1.4 Prestar todos os esclarecimentos sempre que forem solicitados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, durante a realização desta contratação, inclusive com relatórios atualizados sobre o andamento do trabalho.

9.1.5 Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causar-lhes, em decorrência do fornecimento do objeto contratual, sem prejuízo de suas responsabilidades.

9.1.6 Não transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros, sem prévia autorização do CONTRATANTE.

9.1.7 Arcar com todas as despesas com transporte, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais.

9.1.8 Responder por todas as atribuições que estejam definidas como sendo de sua obrigação, nos prazos e condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

9.1.9 Manter o sigilo de dados.

9.1.10 A Contratada deverá elaborar e manter as planilhas de acompanhamento de todos os serviços contratados e encaminhar ao Contratante, com periodicidade mensal, até o 5º dia útil do mês subsequente.

9.1.11 A CONTRATADA assumirá integral responsabilidade documentos que lhe forem entregues, na condição de fiel depositária, o que será registrado mediante recibo/termo de compromisso.





9.1.12 Fica expressamente vedado à CONTRATADA levantar ou receber diretamente valores referentes ao processo por ela conduzida.

9.1.13 Nas hipóteses de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, ela deverá continuar patrocinando as causas judiciais sob sua responsabilidade, durante o prazo de 60 (sessenta) dias, salvo determinação em contrário do Município, caso em que a CONTRATADA devolverá, de imediato, os documentos que lhe tiverem sido confiados, acompanhados de relatório analítico dos respectivos processos, indicando os que estiverem retidos nos respectivos autos. Na ocorrência da rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, os mandatos outorgados considerar-se-ão revogados para todos os efeitos, após o prazo acima fixado. O Município poderá retomar o patrocínio de qualquer processo distribuído ou transferido à CONTRATADA sempre que julgar conveniente aos seus interesses, sem que isso motive a rescisão do contrato.

9.1.14 Entregar e executar o(s) objeto(s) conforme especificações deste instrumento, do edital e do Termo de Referência, e, em consonância com a proposta de preço apresentada, bem como, aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota fiscal de empenho.

## 9.2 RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE:

9.2.1 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos itens recebidos para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

9.2.2 Efetuar o pagamento da Nota Fiscal da CONTRATADA, após a efetiva entrega do objeto e atesto do Fiscal do Contrato;

## 10 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária abaixo descrita:

Pedido de Compra 2025/1159.

**Dotação: 2025/121** - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha

Programa de Trabalho: 03.02.04.122.0002.2068 – Manutenção do Departamento Administrativo – DAD.

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA JURÍDICA.

Fonte de Recurso: 2720 – Transferências da União destinadas ao FEP – Lei 9.478/1997

Rubrica Item: 3.3.90.39.05.00.00.00 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

**Dotação: 2026** - Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha



## **11. ANÁLISE DE RISCO**

### **11.1. Informações de estudo da análise de risco**

<b>RISCO</b>	<b>GESTÃO DE RISCO</b>
A empresa contratada pode não ter a qualificação técnica necessária para realizar auditorias precisas nas faturas de energia elétrica.	Realizar uma análise detalhada do histórico da empresa, revisar qualificações e certificações, e possivelmente exigir referências de projetos anteriores
Dados sensíveis sobre o consumo de energia e informações financeiras podem estar em risco de divulgação não autorizada.	Incluir cláusulas contratuais robustas de confidencialidade e segurança da informação, além de verificar as práticas de segurança da empresa contratada.

Santo Antônio da Patrulha/RS, 28 de julho de 2025.

Cléia Juçara Airoidi,  
Secretária da Administração e Finanças.